

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,
Atendendo as disposições legais e estatutárias a Administração da Pamplona Alimentos S.A. submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (DFs) da Companhia juntamente com os relatórios dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Estas DFs foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Apesar do ano de 2017 ter se caracterizado por incertezas e volatilidades acentuadas por crises setoriais, políticas e econômicas, os negócios da Pamplona Alimentos S.A. apresentaram bom desempenho com crescimento de receita, EBITDA e lucro líquido. Tal performance e solidez das suas operações são fruto do modelo de gestão e de governança aplicados, focados na contínua busca do aumento de eficiência e excelência operacional e na melhoria do atendimento ao cliente, que lhes asseguraram a expansão do volume de vendas de produtos processados, com resultados consistentes, reforçando a confiança de um crescimento sustentável ao longo do tempo. Mesmo neste ambiente macroeconômico adverso e desafiador a Companhia investiu R\$ 17 milhões em 2017, (R\$ 21 milhões em 2016). Os investimentos no exercício foram direcionados a(a): a) inovação de processos e produtos, na busca de aumento da produtividade e da eficiência operacional e do crescimento por meio da atualização e redimensionamento das suas plantas industriais; b) desenvolvimento de novas linhas de genética de suínos; c) uma unidade de compostagem transformando em composto de qualidade a ser utilizado como fertilizante e reparador de solo a totalidade dos resíduos sólidos gerados no ciclo produtivo; e, d) uma nova casa de carnes "Família Pamplona", em Itajaí-SC, para fortalecimento da marca e divulgação dos produtos processados. Como resultado dos investimentos a Pamplona Alimentos S.A. ampliou a sua participação no segmento de

produtos processados, aproveitando o potencial de suas marcas, atingindo, com estes produtos, 41% de sua receita operacional bruta (ROB), (36% em 2016), acrescentando mais agilidade no desenvolvimento de novos produtos e atendendo um conjunto cada vez maior de clientes. Com ações voltadas para o crescimento das vendas e recuperação das margens, a receita operacional líquida (ROL) da Pamplona Alimentos S.A. atingiu R\$ 1.009 milhões (R\$ 928 milhões em 2016), crescimento de 8,7%, apesar das condições enfrentadas pelo setor e da acirrada competição por *market share* entre os maiores *players* do mercado. A redução, ao longo do ano, dos preços das principais *commodities* (milho e soja), em razão das safras recordes e dos estoques reguladores do país, impactou significativamente nos custos da suinocultura, que aliados a melhor conversão alimentar e aos ganhos de produtividade da indústria, favorecidos pelos altos níveis de produção de produtos processados, garantiram menores custos de produção e melhores margens, e permitiram gerar um EBITDA de R\$ 85 milhões (margem de 8,4%), (1,9% em 2016) e lucro líquido de R\$ 37 milhões (margem de 3,6%), (-0,6% em 2016), garantindo um retorno de 12,3% sobre o patrimônio líquido e um grau de alavancagem de 2 vezes (11,5 vezes em 2016). A dívida líquida financeira que tem características de longo prazo decresceu em razão do desempenho financeiro, encerrando o ano com R\$ 174 milhões, (R\$ 201 milhões em 2016). Estamos convictos de que com a estratégia adotada nos últimos anos, identificamos e concretizamos os movimentos necessários para tornar a Pamplona Alimentos S.A. uma organização rentável e sustentável, capaz de unir desempenho, solidez, inovação e ousadia, o que sempre nos estimularam a enxergar além do cotidiano, a trazer e implementar as melhores tendências e tecnologias. A Companhia foi reconhecida pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Cardiovascular, que lhe conferiu o prêmio Prof. Dr. Adib Jatene, pela sua participação no desenvolvimento da

educação médica em cirurgia cardiovascular, doando órgãos suínos e bovinos, além do necessário apoio logístico. O ano de 2018 para a Pamplona Alimentos S.A. será muito especial. Com muito entusiasmo e orgulho comemoramos no dia 03 de maio 70 anos de atividades, de muitos desafios e conquistas importantes, fruto de muito trabalho, honestidade, dedicação e de fazer tudo bem feito, legado dos nossos saudosos fundadores Lauro e Ana Pamplona. Mesmo com o cenário desafiador esperado para 2018, a Companhia, alinhada e atenta às tendências dos mercados onde atua, com seus esforços continuará investindo no fortalecimento das suas marcas e em inovação, mantendo níveis adequados de lucratividade que permitam ampliar ainda mais a sua capacidade e eficiência operacional. Informamos que será submetida à deliberação da AGO, prevista para o dia 24 de abril de 2018, proposta de destinação do lucro do exercício de 2017 de R\$ 36,5 milhões; da realização do custo atribuído via depreciação de R\$ 1,9 milhões; da distribuição de dividendos adicionais de R\$ 2 milhões da constituição da reserva legal de R\$ 1,8 milhões; e da constituição da reserva de retenção de lucros de R\$ 22 milhões. Relatamos também que foram aprovados na AGE de 21 de novembro de 2017 R\$ 12,6 milhões de juros sobre capital próprio, que foram imputados aos dividendos do exercício de 2017. A Administração da Pamplona Alimentos S.A. agradece aos seus acionistas, clientes, integrados, instituições financeiras, fornecedores e prestadores de serviços pela confiança e apoio demonstrados ao longo de mais um ano, e aos seus 2.702 colaboradores nas diversas áreas de atividade, pela competência e dedicação no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, focados na busca da excelência da qualidade, visando sempre oferecer aos seus clientes produtos práticos e saudáveis.

A Administração
Rio do Sul, 20 de março de 2018
Pamplona 70 anos. O Sabor de uma Tradição

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	57.210	24.533
Contas a receber de clientes	5	116.388	110.478
Estoques	6	61.111	51.108
Ativos biológicos	7	105.295	97.311
Impostos a recuperar	9	61.212	77.130
Outras contas a receber		2.798	2.229
Total do ativo circulante		404.014	362.789
Não circulante			
Depósitos judiciais	8	8.881	6.340
Impostos a recuperar	9	26.419	22.846
Ativos biológicos	7	14.797	12.206
Outras contas a receber		2.036	2.842
Total do realizável a longo prazo		52.133	44.234
Propriedades para investimentos		3.069	2.229
Intangível		3.166	3.342
Imobilizado	11	292.655	293.149
Total do ativo não circulante		351.023	342.954
Total do ativo		755.037	705.743

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	Nota	Reservas de lucros		Dividendos adicionais	Resultado acumulado	Total do patrimônio líquido
		Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2015		132.700	78.983	6.784	84.118	302.585
Integralização de capital	13.a	13.300	-	-	-	13.300
Realização do custo atribuído	13.b	(2.630)	-	-	-	2.630
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	894	-	(894)	-
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	(12.900)	-	(12.900)
Resultado do exercício		-	-	-	(5.384)	(5.384)
Absorção do prejuízo apurado no exercício	13.c (ii)	-	-	(3.648)	-	3.648
Saldos em 31 de dezembro de 2016		146.000	77.247	6.784	67.570	297.601
Integralização de capital	13.a	9.000	-	-	-	9.000
Realização do custo atribuído	13.b	(2.832)	-	-	-	2.832
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	13.b	-	963	-	(963)	-
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	(12.600)	(12.600)
Dividendos adicionais	14	-	-	-	2.000	(2.000)
Resultado do exercício		-	-	-	36.541	36.541
Constituição de reserva legal	13.c (i)	-	1.827	-	(1.827)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	21.983	(21.983)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		155.000	75.378	8.611	89.553	330.542

Conselho de Administração

Valdecir Pamplona Presidente	Alidor Lueders Vice-Presidente	Elvio de Oliveira Flores Conselheiro	Edina Pamplona Conselheira	Osmar Peters Conselheiro	Guilherme de Borba Pamplona Conselheiro	Fabio Ayres Marchetti Conselheiro
--	--	--	--------------------------------------	------------------------------------	---	---

Diretoria Executiva

Irani Pamplona Peters Diretora Presidente	Júlio César Franzói Diretor Comercial	Sérgio Luiz de Souza Diretor Financeiro	Adilor Ascari Bussolo Diretor Industrial	Valdecir Pamplona Junior Diretor de Expansão e de Novos Negócios	Edival Justen Diretor de Suprimentos e Logística
---	---	---	--	--	--

Contador

Élvis Justen - CRC/SC - 028194/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Conselheiros
Pamplona Alimentos S.A.
Rio do Sul - SC

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Pamplona Alimentos S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pamplona Alimentos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores
A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as

demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos
Demonstração do valor adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude

ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos

entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG Joinville, 20 de março de 2018
KPMG Auditores Independentes Marcelo Lima Tonini
CRC SC-000071/F-8 Contador - CRC PR-045569/O-4 T-SC